



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

2. ECONOMIA, FINANÇAS, INVESTIMENTOS

RIO DE JANEIRO, 13 DE NOVEMBRO DE 1965.
NO AUDITÓRIO DO MINISTÉRIO DA FA-
ZENDA, AO ANUNCIAR A INSTITUIÇÃO DO
CRUZEIRO NOVO.

Meus Senhores:

Ao dirigir-me há dois dias aos brasileiros tive a oportunidade de fazer uma síntese sobre as principais realizações do Governo revolucionário no sentido da recuperação nacional. Voltava-me então para o passado. Hoje, tornando a falar à Nação nesta expressiva assembleia, tenho os olhos postos sobre o futuro. E exporei ao País o conjunto de medidas com o qual esperamos poder prosseguir com igual êxito a árdua tarefa de estabilização, desenvolvimento e reformas.

A estabilização da moeda visa a corrigir a profunda desumanidade do processo inflacionário, que atinge mais os assalariados do que proprietários. O desenvolvimento, expresso no aumento da produtividade nacional, é a maneira única de elevar o padrão de vida do povo. E as reformas se impõem como o meio de modernizar instituições políticas e administrativas a fim de atender aos reclamos de um País ávido de progresso e aprimoramento.

No campo econômico, com a reforma do padrão monetário hoje decretada, e sobre a qual vos darei pormenores, e feita a revisão constitucional do sistema tributário, estará completo o ciclo das principais reformas.

Restam ainda, para a próxima sessão legislativa, a reforma administrativa e a reformulação da política financeira da educação. Aquela para revigorar e acelerar a emperrada máquina burocrática e esta para democratizar o nosso sistema educacional, que, por desprender exageradamente em ensino gratuito a muitos que poderiam

pagar, nem sequer facilita o acesso à educação secundária e técnica às grandes massas que anseiam por indispensáveis instrumentos de trabalho.

Passando a uma área que é tanto econômica quanto social, devemos pensar na atualização da estrutura de nossas empresas. Os seus lucros, provindos do incremento da produtividade, precisam ser partilhados com os trabalhadores, mas de modo a preservar a possibilidade de investimento da empresa e recompensar o risco e a capacidade empresarial.

Não é sem desvanecimento que contemplamos a imensa obra de reformulação institucional realizada no curto prazo de um ano e meio. Todas as reformas visaram a uma verdadeira «democratização das oportunidades»: a oportunidade de acesso à habitação, pela Reforma Habitacional, a ser completada com leis que estimulem a indústria privada de construção; a oportunidade de acesso à terra, pela Reforma Agrária, cuja implantação começa, após quase um ano de profícuo trabalho na análise do zoneamento de terras e de culturas, no cadastramento de propriedades, no treinamento de pessoal, na negociação de convênio de cooperação com municípios, trabalho que nos habilitará a aplicar, já em começo de 1966, o sistema de tributação progressiva, destinado a punir o latifúndio improdutivo, sem prejudicar a grande empresa rural que lavra eficientemente a terra. Finalmente, procuramos moralizar a coleta de impostos, para coibir a sonegação e distribuir mais equitativamente a carga tributária.

O ciclo de modernização do nosso sistema fiscal se completará com a nova discriminação de rendas, segundo projeto em exame no Congresso Nacional e que constitui uma das peças mais importantes para transformar a tributação, de um instrumento irracional de sangria do contribuinte, num instrumento racional de desenvolvimento econômico e colaboração federativa. Segundo o projeto, eliminar-se-á a incidência em cascata do imposto de vendas e consignações, que dificulta e encarece as transações, assim como a ruínosa competição fiscal entre os Estados. Desaparecerão impostos antieconômicos, criados sob diversas designações. Transformar-se-ão o imposto de exportação e o imposto de selo em instrumentos de política monetária e cambial. Racionalizar-se-á o

impôsto de transmissão, de forma a eliminar seus efeitos negativos sôbre a atividade econômica. Introduziram-se ainda dispositivos, que o Govêrno muito deseja aprovados pelo Congresso, eliminando o impôsto de vendas e consignações sôbre alimentos de primeira necessidade, quando vendidos diretamente ao consumidor. Essa providência tenderia a melhorar o abastecimento, baratear gêneros para o consumidor e facilitar a modernização do sistema de distribuição de gêneros alimentícios.

Duas das objeções feitas à revisão constitucional de rendas ou são improcedentes ou já foram atendidas na reformulação do projeto original. Uma se refere à alegada perda de receita dos Estados e Municípios. Na realidade, através de um cálculo adequado da nova alíquota do impôsto não cumulativo sôbre a circulação de bens, seria contornado êsse inconveniente. Cabe ainda notar que a União se dispõe a dar maior participação aos Estados e Municípios nos proventos dos impostos de renda e de consumo, a restituir integralmente aos municípios a receita do impôsto territorial rural, retendo ainda êstes o direito de exacionar, em nível equivalente a um quinto da alíquota cobrada pelos Estados, o impôsto sôbre a circulação de mercadorias.

A outra objeção é quanto à participação oferecida aos Estados e Municípios nos dois impostos basilares do sistema — o de renda e o de produção — cobrados ambos pelo Govêrno Federal, por representar para êles insegurança na receita, expondo-os a uma perda de autonomia política. Impugnação essa já respondida através de dispositivos que tornam automática a distribuição da parcela atribuída aos Estados e Municípios, sem nenhuma intervenção do Tesouro Nacional.

Se o Congresso aprovar, como espero, a revisão constitucional do sistema tributário, teremos, em lugar da presente desordem fiscal, um sistema muito mais ajustado às necessidades do desenvolvimento econômico.

Diretamente ligado ao propósito reformista do Govêrno está a sua preocupação com o desenvolvimento. Apenas nunca consideramos que o desenvolvimento — e assim o ensina a história mundial — possa ser construído à base de inflação, com todo o

seu cortejo de ineficiência, injustiça social, destruição da poupança e impossibilidade de planejar. Tem-se abusado entre nós da retórica do desenvolvimento. Mas a verdade é que a Revolução encontrou uma economia ao mesmo tempo inflacionada e estagnada. E nas fases passadas de ilusória euforia, em que a inflação coexistiu com o desenvolvimento, acumularam-se disposições, criou-se um impasse cambial, foram inauguradas obras incompletas e não pagas, e se avolumaram problemas, cuja solução tem exigido tenaz paciência e coragem cívica para enfrentar decisões duras e impopulares.

Despreocupado com a retórica do desenvolvimento e preocupado com sua substância, o Governo lançou as bases de retomada de um crescimento seguro e firme. Este ano não será inferior a 5% e esperamos elevá-lo a 6% no ano vindouro, pondo fim a um longo e amargo período de estagnação.

A primeira medida para a retomada do desenvolvimento foi aumentar a proporção dos investimentos produtivos no dispêndio do Tesouro, comprimindo as despesas de custeio.

O Orçamento da União, que desde 1960 não apresentava saldo em suas operações correntes, isto é, sua receita não era sequer suficiente para cobrir o custeio direto dos serviços, já apresentou em 1965 uma poupança de meio trilhão de cruzeiros, esperando-se para 1966 uma poupança de 1,3 trilhões. O próximo orçamento consignará 33% para despesas de capital, comparativamente a 29% em 1965, 21% em 1964 e apenas 18% na média do triênio anterior à Revolução.

A segunda medida foi aumentar a capacidade de autofinanciamento nos setores básicos de energia e transporte.

Para isso foi necessário enfrentar penosos reajustamentos no preço dos combustíveis, a fim de gerar recursos para a Petrobrás e os programas rodoviários da União, dos Estados e Municípios, assim como nas tarifas de energia elétrica e nos encargos sobre eles incidentes, a fim de financiar, com recursos internos, a maior parcela possível de expansão energética do país. Nenhum desses reajustamentos era popular. Todos eram indispensáveis, se quiséssemos fazer desenvolvimento e não demagogia.

A terceira medida foi recuperar a confiança dos investidores nacionais, eliminando as ameaças que sobre eles pairavam, recompondo a disciplina produtiva, ao mesmo tempo em que buscávamos reconstruir o crédito externo e reativar o interesse de investidores estrangeiros em contribuir para o nosso desenvolvimento.

Conquistamos autoridade para mobilizar recursos externos, graças à seriedade de nossos propósitos e à decisão fundamental de enfrentarmos todos os sacrifícios para nos ajudarmos a nós mesmos, financiando o nosso desenvolvimento predominantemente com as nossas exportações e a nossa poupança. Do nosso programa de desenvolvimento no período de 1964-1966, nada menos de 83% serão financiados com recursos nacionais e 17% com financiamentos e ajuda externa.

Consolidada a situação financeira, vencida a parte mais árdua da luta contra a inflação, prepara-se o Governo para um programa de investimentos em 1966, de grande vulto e com importante conteúdo econômico. Seu nível é de aproximadamente Cr\$ 4,8 trilhões, computados todos os recursos federais orçamentários e extra-orçamentários, ou sejam 20% acima do programado para o corrente ano, quando deveremos despendar em investimentos Cr\$ 3,2 trilhões, cabendo notar que até o momento o dispêndio efetivo alcançou 95% do programado.

O setor de Transportes e Comunicações absorverá 27% dos investimentos programados para 1966, ou sejam Cr\$ 1,4 trilhão, principalmente para o setor rodoviário, contemplando-se, entretanto, importantes investimentos no melhoramento do sistema ferroviário e portuário e no reaparelhamento da marinha mercante, a qual absorverá 108 bilhões de cruzeiros.

Um dos mais dinâmicos setores de investimento será o de energia elétrica. As estimativas do consumo indicam a necessidade de atingirmos em 1970 uma potência instalada de 12,7 milhões de quilowatts, ou seja um acréscimo de mais de sete milhões de quilowatts, com um dispêndio, aos preços atuais, de quase seis trilhões de cruzeiros. Em conexão com esses objetivos de longo prazo, o programa de 1966 prevê aplicações da ordem de 935 bilhões, dos quais 24% de fontes externas de crédito.

O Programa de Indústria e Mineração eleva-se a 650 bilhões de cruzeiros, a ser realizado diretamente pelas empresas industriais do Governo e pelas transferências ao setor privado e às empresas governamentais, através do BNDE, do Banco do Nordeste, do Banco de Crédito da Amazônia e CREA. Os recursos mobilizados são provenientes das operações industriais, orçamento federal e recursos externos. As prioridades industriais se localizam nos setores da indústria química (petroquímica, fertilizantes e álcalis), metais não ferrosos e indústrias acessórias do parque metalúrgico. Enfatizando a presença da iniciativa privada, grande volume de recursos está sendo canalizado para os Fundos de Desenvolvimento recentemente criados pelo Governo. No setor de mineração sobressai o programa da Companhia Vale do Rio Doce, com plano de expansão para elevar em 1967 suas exportações para 20 milhões de toneladas. No setor de petróleo, os planos da Petrobrás prevêem investimentos no ano próximo, num montante de Cr\$ 310 bilhões, dos quais 42% para exploração, com concentração de recursos em campos conhecidos e na pesquisa de novos horizontes, e 32% no setor industrial, visando a manter auto-suficiência no refino.

As inversões públicas na agricultura se elevarão a 506 bilhões de cruzeiros, com 130 bilhões oriundos de fontes externas, incluindo-se nesse total grande volume de transferências ao setor privado, através do crédito rural.

Manteremos em 1966 a excelente taxa de crescimento da produção agrícola verificada no ano corrente. Dois importantes programas estão em curso, visando o primeiro a tornar efetiva, mesmo em remotas áreas do interior, a garantia de preços mínimos, e o segundo a proporcionar financiamento adequado para adubação, elemento indispensável de incremento de produtividade. O Conselho Monetário Nacional acaba também de aprovar o plano de financiamento de tratores para 1966, para facilitar a mecanização. Através de variados mecanismos, inclusive pelo estímulo do Governo à rede bancária privada, a assistência efetiva ao lavrador supera a de qualquer época.

Os investimentos diretos do Governo Federal em educação atingirão 231 bilhões de cruzeiros, com aproximadamente um terço

de origem externa, enquanto os investimentos em saúde e saneamento deverão totalizar Cr\$ 320 bilhões, merecendo especial destaque o programa de abastecimento d'água a cidades do interior, para o qual está em fase final de negociação importante empréstimo do Banco Interamericano.

Mais importante que o vulto do programa de investimentos é a sua forma de financiamento. Empenhamo-nos num esforço laborioso e bem sucedido de levantar recursos não inflacionários: o orçamento da União, os Fundos Especiais, os recursos dos órgãos autônomos e emprêsas de Estado, os empréstimos compulsórios e a ajuda e financiamento externos.

Não queremos que o nosso desenvolvimento se consuma na voragem da inflação. Não queremos legar ao futuro obras construídas com imprudência e açôdo, e contas a pagar, confundindo a excitação episódica do desenvolvimento com a serena continuidade do progresso planejado.

Mas o Brasil já precisa pensar em têrmos de grandes perspectivas. É por isso que estamos preparando um Plano de Perspectiva Decenal, como contribuição para futuros govêrnos, que se beneficiarão de formulação de uma estratégia do desenvolvimento econômico e social a longo prazo. Esta cobrirá os primeiros cinco anos em maior detalhe, para implementação através de planos operativos de base anual, que permitirão disciplinar o setor público e fornecer a moldura dentro da qual se exercerá, sem qualquer rigidez socializante e com a flexibilidade requerida pelo dinamismo de nossos empresários e as preferências mutáveis dos consumidores, a ação da iniciativa privada.

Voltar-me-ei agora para a reforma do padrão monetário, passo crucial na senda de estabilização. A estratégia de estabilização fôra, desde o início do Govêrno, concebida em três fases. No primeiro ano, a preocupação central seria amortecer o ritmo inflacionário, sem esquecer entretanto, como objetivo prioritário, a correção de numerosas distorções de preços artificialmente repressados — aluguéis, tarifas de energia e transporte, taxa cambial, preços de combustíveis e trigo, congelamento de preços agrícolas — ao longo de uma inflação crônica, de que os Governos não ousavam atacar as causas, preferindo mascarar os sintomas. Essas

distorções eram mais fundas e sua correção mais lenta e penosa do que ousávamos imaginar. Parte da alta de preços de produtos e serviços em 1964 e do primeiro semestre de 1965, quando completamos a maior parte das correções, foi injustamente atribuída à insuficiência das medidas contra a inflação corrente, quando na realidade representava apenas a purgação de erros passados. A segunda fase, cujo fim estamos atingindo, seria a fase de desinflação, de mudança de expectativas, a fim de se criar uma psicologia de estabilização. A terceira fase seria a do retôrno à estabilidade, que esperamos completar até o fim do próximo ano.

O processo adotado de combate gradativo à inflação oferece a vantagem de reduzir o impacto das primeiras correções. Há, contudo, a desvantagem da seqüência dos ajustamentos, ou seja a inevitável sucessão de correções, que contribui para manter os preços em alta, embora em ritmo declinante. Mas o declínio na taxa de aumento não chega a despertar reações psicológicas favoráveis, mormente no caso dos assalariados, que duvidam do êxito das medidas governamentais porque, enquanto dêles se requer que suportem reajustamentos salariais inferiores à evolução dos preços, a conquista da estabilidade é mantida a uma distância indefinida.

Mostram os fatos que o Governo foi prudente ao adotar a política de combate gradativo à inflação. Uma atitude mais radical teria levado o País a um abalo de conseqüências nefastas. Agora, porém, que o terreno dos reajustamentos foi, em grande parte, percorrido, restando apenas diminutas correções complementares, um prolongamento maior da política de combate gradativo da inflação poderia ser fatal à finalidade almejada.

A instituição do cruzeiro nôvo, através da reforma do padrão monetário que agora anuncio, facilita vencer a etapa final da eliminação definitiva da inflação. Primeiro, porque permite o emprêgo de medidas de saneamento do meio circulante e, sobretudo, a formação de reservas; segundo, porque induz a população a dar maior apreço à moeda. Uma coisa é dispor de um cruzeiro incapaz de ser trocado por uma simples caixa de fósforos. Outra, bem diferente, é dispor de um cruzeiro capaz de adquirir várias unidades de mercadorias.